

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS E GERENCIAIS
Graduação em Ciências Econômicas

Giovana Gil Patrus Pena

**O PAPEL DO PROGRAMA DE MICROCRÉDITO CREDIAMIGO NO
DESENVOLVIMENTO DE PEQUENOS NEGÓCIOS E NO COMBATE À POBREZA
NO NORDESTE BRASILEIRO**

Belo Horizonte

2018

Giovana Gil Patrus Pena

**O PAPEL DO PROGRAMA DE MICROCRÉDITO CREDIAMIGO NO
DESENVOLVIMENTO DE PEQUENOS NEGÓCIOS E NO COMBATE À POBREZA
NO NORDESTE BRASILEIRO**

Monografia apresentada ao curso de Graduação
em Ciências Econômicas.

Orientadora: Profa. Catari Vilela Chaves

Belo Horizonte

2018

Giovana Gil Patrus Pena

**O PAPEL DO PROGRAMA DE MICROCRÉDITO CREDIAMIGO NO
DESENVOLVIMENTO DE PEQUENOS NEGÓCIOS E NO COMBATE À POBREZA
NO NORDESTE BRASILEIRO**

Monografia apresentada ao curso de Graduação
em Ciências Econômicas.

Orientadora: Profa. Catari Vilela Chaves

Orientadora

Banca examinadora

Banca examinadora

Belo Horizonte, 13 de novembro de 2018

RESUMO

Esta monografia trata do microcrédito, empréstimos de pequeno valor concedido a grupos de poucas pessoas e voltados para a atividade produtiva. Esse tema tem ganhado maior relevância desde a criação do Banco dos Pobres, em Bangladesh, por Muhammad Yunus. É visto como uma ferramenta de redução da pobreza e inclusão econômica e social da sociedade com renda mais baixa. O objetivo do estudo foi entender os efeitos do programa CrediAmigo, o maior programa de microcrédito no Brasil, no desenvolvimento de pequenos negócios e no combate à pobreza no nordeste brasileiro. Para isso, foi escolhido o período de 2006 a 2016 e metodologia utilizada foi a revisão bibliográfica de artigos e relatórios sobre o tema. Foi possível compreender melhor a relevância de programas de microcrédito como o Crediamigo para o desenvolvimento dos microempreendimentos e até mesmo para a redução da pobreza das famílias.

Palavras-chave: Microcrédito. Crediamigo. Pobreza. Desenvolvimento. Microempreendimentos.

ABSTRACT

This study is about the microcredit, small value loans granted to groups of few people to finance productive activities. This subject has won more relevance since the creation of the Bank for the Poor, in Bangladesh, by Muhammad Yunus. It is seen as a tool for poverty reduction, such as economical and social inclusion of low-income Society. The objective of the study was to understand the effects of the biggest brazilian microcredit program, Crediamigo, on the development of small business and on the fight of poverty on brazilian northeast. For that, it was chosen the period from 2006 to 2016 and the used methodology was a bibliographical revision of articles and reports concerning the subject. It was possible to comprehend better the relevance of microcredit programs, such as Crediamigo, to micro-business development and even to poverty reduction of the families.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	7
2. MICROFINANÇAS E MICROCRÉDITO	14
2.1 A importância do crédito	14
2.2 Microfinanças	17
2.3 Diferença de microcrédito, crédito popular e o microcrédito produtivo orientado.	18
2.4 O impacto do microcrédito no desenvolvimento	19
2.5 Impacto do microcrédito na redução da pobreza	21
3. O MICROCRÉDITO NO BRASIL E UMA BREVE COMPARAÇÃO COM BANGLADESH E INDONÉSIA	23
3.1 Programas de microcrédito em Bangladesh e Indonésia	23
3.2 Relato sobre o microcrédito no Brasil	25
4. A EVOLUÇÃO DO CREDIAMIGO DE 2006 A 2016	27
4.1 O Crediamigo	27
4.2 Resultados do Programa Crediamigo no Nordeste.....	28
5. CONCLUSÃO	31
REFERÊNCIAS	33

1. INTRODUÇÃO

A pobreza é considerada, na atualidade, o maior desafio global, de acordo com a vice-secretária-geral da Organização das Nações Unidas, além de ser o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável número um (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2016). Em 2012, 12,4% da população mundial vivia com menos de US\$1,90 ao dia, enquanto em 2013, esta porcentagem era 10,7%. Apesar de o número de pessoas que vivem em situação crítica de pobreza ter diminuído, choques econômicos, mudanças de clima e insegurança alimentar podem reverter o quadro, tornando o progresso apenas temporário (BANCO MUNDIAL, 2016).

No Brasil, país historicamente afetado pela desigualdade e pobreza, o número de pessoas consideradas pobres também apresentou redução. Segundo Izepão, Albuquerque e Fernandes (2010), o número de pobres no país reduziu aproximadamente 30% entre 2003 e 2008, o que pode ser explicado pela consolidação de programas sociais e atendimento às necessidades da população mais pobre. Alguns dos instrumentos utilizados pelo governo brasileiro com o objetivo de diminuir a pobreza no país foram o contínuo aumento do salário mínimo, a facilitação do acesso à educação formal superior e políticas de transferências de renda, como o programa Bolsa Família (IZEPÃO; ALBUQUERQUE; FERNANDES, 2010).

Outros instrumentos de combate à pobreza são os programas de microfinanças, que consistem na “prestação de serviços financeiros adequados e sustentáveis para a população de baixa renda tradicionalmente excluída do sistema financeiro tradicional com a utilização de produtos, processos e gestão diferenciados” (PARENTE, 2003, p. 2). O microcrédito, uma das atividades do setor de microfinanças, ganhou destaque após a criação do Banco dos Pobres em Bangladesh, por Muhammad Yunus, professor de economia e ganhador do Nobel da Paz. Pode ser brevemente definido como “a concessão de empréstimos de relativamente pequeno valor para a atividade produtiva” (NICTER; GOLDMARK; FIORI, 2002).

Muhammad Yunus provocou uma revolução no pensamento econômico ao conceder crédito ao trabalho, e não ao capital. A partir do microcrédito, forneceu empréstimos aos microprodutores, principalmente mulheres, por meio de pequenas amortizações e do aval solidário, intra-grupo de devedores, o que garantiu baixo nível de inadimplência (COSTA, 2010). De acordo com Costa (2010), além de ser uma

revolução financeira, também pode ser considerado como uma revolução feminista contra o patriarcalismo, já que a maior parte das devedoras são mulheres, e uma revolução cultural, pois ao se emanciparem e prosseguirem com o negócio, necessitam de informações e buscam educação.

Outros países, além de Bangladesh, também obtiveram sucesso no que se refere a programas de microfinanças, como Índia, Mongólia e Nicarágua. Em sua grande maioria, os casos de sucesso são de empréstimos para financiamentos de atividades produtivas, em zonas rurais, para populações em extrema pobreza e principalmente para mulheres (MONZONI NETO, 2006). Sendo assim,

Uma série de experiências internacionais confirma que o microcrédito pode constituir uma ferramenta eficiente para a promoção da inclusão econômica e social das populações mais carentes. É amplamente reconhecido que a dificuldade de acesso ao crédito constitui uma das principais restrições ao desenvolvimento dos pequenos empreendimentos. (MONZONI NETO, 2006, p. 28)

A situação brasileira, no entanto, é diferente, já que a pobreza é moderada, de caráter urbano e sem viés de gênero (MONZONI NETO, 2006). Além disso, é uma sociedade urbanizada, de massa, em grande território e com grande disparidade de renda. Ainda assim, o microcrédito no Brasil se mostrou como uma atividade financeira com retorno, baixa inadimplência e viável, desde que seja adaptado às condições locais (COSTA, 2010).

A porcentagem de empreendedores no Brasil que não declaram ter Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) e, portanto, não são formalmente reconhecidos era de 79,8% em 2014 e aumentou para 82,5% em 2016. O alto número de empreendedores informais pode significar uma grande quantidade de negócios pouco estruturados e pequenos. Além disso, é possível dizer que o acesso ao crédito de grande parte dos empreendimentos é limitado, já que sem CNPJ não é possível obter empréstimos maiores e com prazos mais alongados (GLOBAL ENTREPRENEURSHIP MONITOR, 2016).

Embora não seja possível afirmar que um aumento da oferta de crédito ou uma diminuição dos seus custos levaria a um maior crescimento ou ganhos de produtividade no setor informal, é perceptível que a falta de alavancagem desse mercado pode estar impedindo a criação de negócios produtivos, empregos, investimentos, entre outros (NERI; MEDRADO, 2010).

Um dos motivos apontados para justificar o fato de que a maioria das microempresas não participa de programas de crédito é a carência de registro contábil

e constituição jurídica. De acordo com a pesquisa Ecinf de 2003, citada por Neri e Medrado (2010), 53% das microempresas não fazem nenhum tipo de registro contábil e 88% delas não possuem constituição jurídica:

Isso pode ser interpretado como indício de que motivos alheios ao setor financeiro, como o de alta taxação pública, que desestimulam a formalização das microempresas, podem estar impedindo esse setor de receber crédito por não possibilitar oferecer-lhe garantias, colaterais, suficientes ou aceitáveis para o credor. (NERI; MEDRADO, 2010, p.2).

Segundo Aghion e Morduch (2010), os bancos têm informações incompletas sobre os tomadores de empréstimos de baixa renda e esses tomadores não possuem garantias reais para oferecerem aos bancos, o que poderia amenizar a assimetria de informação. Sendo assim, o banco não é capaz de cobrar taxas mais altas dos clientes que representam um risco maior, por não saber quais são esses clientes, o que representa um obstáculo ao direcionamento de capital à população de baixa renda.

O microcrédito tem por base a concessão de empréstimos para pequenos grupos de pessoas, que se dá por meio de um aval solidário, o que pode minimizar os problemas de assimetria de informação e de elevados custos de transação: “O uso do mecanismo de aval solidário compensa as incertezas das instituições bancárias que atuam com microcrédito para os pobres, uma vez que os participantes dos grupos devem conhecer muito bem uns aos outros” (SANTOS, 2009, p.9).

Monzoni Neto (2006) define quatro momentos históricos para a dinâmica do microcrédito no Brasil. A primeira iniciativa ocorreu na década de 1970, sendo o primeiro momento marcado pela articulação das instituições de microfinanças nacionais às redes internacionais. O segundo momento, de 1980 a 1990 se caracterizou pela entrada das organizações na sociedade civil. No final da década de 1990 e início dos anos 2000, tem-se o terceiro momento, marcado pela entrada e atuação das instituições governamentais. Já no quarto momento, houve a entrada do setor privado a partir da Lei n. 10.194/01, que autorizou a instituição de Sociedades de Crédito ao Microempreendedor, com obtenção de lucro.

Além dos quatro momentos definidos por Monzoni Neto (2006), ao longo dos anos houve vários acontecimentos relevantes para os programas de microfinanças, como a criação do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO) e a implementação de programas estaduais e municipais, como o CredPop do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais e o Nossocrédito do Banco de Desenvolvimento

do Espírito Santo. (BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL, 2016)

A evolução do microcrédito no Brasil foi condicionada pela atuação do setor público, apesar de existirem iniciativas privadas relevantes, segundo Gonzales, Porto e Diniz (2017, p.19). “O banco público é aquele com maiores vantagens organizacionais, pois conta com condições favoráveis para a captação de recursos, forte articulação com políticas públicas e forte poder de influência no processo decisório do governo e das regulamentações do microcrédito”.

O maior programa de microcrédito de um banco público no Brasil é o CrediAmigo, Programa de Microcrédito Produtivo e Orientado do Banco do Nordeste, tendo início em 1998. Em 2006, segundo Monzoni Neto (2006), representava mais de 60% do mercado nacional de microcrédito em clientes atendidos. De acordo com Neri e Medrado (2010), o microcrédito utiliza o método de aval solidário e os juros cobrados não têm finalidade de lucro, sendo apenas para cobrir os riscos e custos, além de permitir o funcionamento do programa.

Conforme Neri e Medrado (2010), foi possível notar, ao longo dos anos, um aumento do acesso ao crédito no setor do comércio do Nordeste, o que se confirma com dados divulgados pelos relatórios anuais do Banco do Nordeste. Segundo o Banco do Nordeste (2006), em 2006, o número de clientes do CrediAmigo era de 235 mil e a carteira ativa era de R\$ 170,65 milhões. Já em 2016, segundo o Banco do Nordeste (2016), haviam 1.117.224 clientes e a carteira ativa era de R\$ 2.930,4 milhões. De acordo com Neri e Medrado (2010, p.136), “o microcrédito não é somente uma política social, mas, principalmente, uma política de desenvolvimento econômico [...], podendo gerar aumentos na produtividade, lucro e estabilidade no setor das microempresas”.

Sendo assim, é pertinente considerar o microcrédito como uma possível solução para o problema tanto da pobreza como da deficiência do acesso ao crédito brasileiro, com consequências positivas para regiões isoladas, como a nordestina e podendo até mesmo incentivar o desenvolvimento econômico no país.

A pobreza no Brasil é mais presente no meio rural e concentrada no Norte e no Nordeste, segundo a Organização das Nações Unidas (2016). Uma das soluções para a geração de renda para essa parcela da sociedade é o microcrédito e a maior iniciativa brasileira é o Programa de Microcrédito Produtivo e Orientado, instituído pela Lei nº 11.110 em 2005. Os objetivos gerais são: incentivar a geração de trabalho e

renda entre microempreendedores, disponibilizar recursos e oferecer apoio técnico às instituições de microcrédito produtivo orientado. (BRASIL, 2016).

Apesar de essa solução ser vista como uma atividade viável no Brasil, o país possui singularidade nos programas de microfinanças se comparado a experiências de sucesso internacionais, justificada pela caracterização da sociedade como urbana e com pobreza moderada (MONZONI NETO, 2006). Além disso, as organizações microfinanceiras brasileiras enfrentam problemas de gestão: há falta de visão de futuro, pouco conhecimento de estratégias de mercado e de sistemas de informação contábil, operacional e gerencial, além de formação insuficiente de recursos humanos (BARONE et al, 2002).

Sendo assim, é importante analisar se os programas brasileiros são eficientes no desenvolvimento dos pequenos negócios e na diminuição da pobreza. Considerando o destaque do programa CrediAmigo, se comparado com os outros programas brasileiros de microcrédito, e a concentração da pobreza no nordeste, este trabalho dará ênfase na análise deste programa. A pergunta que esta monografia se propõe a explicar é: *Qual o papel do programa de microcrédito CrediAmigo no desenvolvimento de pequenos negócios e no combate à pobreza no nordeste brasileiro?*

O objetivo geral desta monografia é fazer uma revisão da literatura a respeito dos efeitos do programa CrediAmigo no desenvolvimento de pequenos negócios e no combate à pobreza no nordeste brasileiro no período de 2006 a 2016.

Para atingir o objetivo geral, será necessário desenvolver três objetivos específicos: destacar as diferenças entre o cenário brasileiro e o internacional, mais especificamente Bangladesh e Indonésia, no que diz respeito a programas de microcrédito; analisar e comparar a evolução do Programa CrediAmigo de 2006 a 2016 e avaliar a eficiência do CrediAmigo no contexto socioeconômico brasileiro e, principalmente, na redução da pobreza no nordeste.

É crescente o número de pessoas que procuram criar seu próprio negócio (RODRIGUES et al, 2015), e segundo Ricca (2004), grande parte do empreendedorismo no país se dá por necessidade. Ou seja, é desenvolvido por uma questão de sobrevivência e necessidade de geração de renda. Isso aumenta a necessidade por crédito, o que enfatiza a importância dos programas de microfinanças, já que podem ser uma solução para o problema de acesso ao crédito aos pequenos empreendedores brasileiros (RODRIGUES et al, 2015).

Além disso, programas de microcrédito têm sido considerados como ferramentas eficientes de redução da pobreza e exclusão social, e ainda, como instrumento auxiliar de transformação socioeconômica (SELA; SELA; COSTA, 2006). Segundo RODRIGUES et al (2015), o Crediamigo, maior programa de microcrédito do Brasil, é relevante para a inclusão financeira e tem contribuído para o fortalecimento dos pequenos negócios, o que ressalta ainda mais a importância do tema.

Esse trabalho fará uma revisão de literatura visando o Programa Crediamigo, tanto por ser o maior programa do Brasil, quanto por abranger principalmente o Nordeste, região mais pobre do país: segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2017), em 2017, 43,5% da população nordestina vivia abaixo da linha da pobreza, tendo renda familiar equivalente a R\$ 387,07.

No entanto, como dito anteriormente, a situação brasileira é diferente dos casos internacionais que obtiveram sucesso com o microcrédito. Segundo Costa (2010), as Sociedades de Crédito ao Microempreendedor apresentam uma série de restrições, feitas pelo Conselho Monetário Nacional, como a impossibilidade de captar recursos do público e de utilizar a palavra “banco” na denominação das sociedades.

Logo, o modelo institucional adotado no Brasil não é o do Banco Grameen. Não é de se esperar o mesmo sucesso em termos de ganhos de escala no combate à pobreza. Quando instituições financeiras não podem captar depósitos de seus clientes que receberam empréstimos, elas não internalizam o multiplicador monetário. (COSTA, 2010, p.6)

Para que os programas de microcrédito possam ser expandidos no Brasil, é necessário entender como a ferramenta é utilizada, além de estudar suas singularidades. Sendo assim, ao analisar os dados dos últimos 10 anos sobre o programa, como quantidade de clientes, valores dos empréstimos e índice de inadimplência, esse estudo pode contribuir para uma melhor compreensão da evolução do acesso ao crédito no país e da eficiência do maior programa brasileiro na redução da pobreza, prioridade número um da Organização das Nações Unidas.

Essa monografia foi dividida em três capítulos. No primeiro capítulo será abordado o tema microfinanças e microcrédito, a importância do crédito, conceitos de microcrédito e seu impacto no desenvolvimento, bem como na pobreza. No segundo capítulo, serão apresentados os Produtos Internos Brutos (PIBs), os Índices de Desenvolvimento Humano (IDHs) e a porcentagem da população abaixo da linha de pobreza em Bangladesh e na Indonésia, dois países com sucesso no que diz respeito

a programas de microfinanças, além do histórico do microcrédito no Brasil. No terceiro capítulo, o programa Crediamigo será descrito e explicado e também se analisará a evolução do programa Crediamigo de 2006 a 2016 e seus resultados. Por fim, na conclusão, se fala sobre a importância do programa, de seus impactos positivos e da relevância de sua continuidade.

2. MICROFINANÇAS E MICROCRÉDITO

Essa monografia estuda o impacto de um programa de microcrédito no desenvolvimento de pequenos negócios, além de outros aspectos. Sendo assim, é imprescindível a definição dos conceitos de crédito, microcrédito e de desenvolvimento. Silva (2000) definiu crédito como a entrega de um valor presente mediante uma promessa de pagamento. “Com isso, o crédito cumpre importante papel econômico e social, possibilitando às empresas aumento de seu nível de atividade, bem como, influenciando na demanda para estimular o consumo” (ZOLET; LOZECKYI, 2007, p.3).

2.1 A importância do crédito

As inovações, ou seja, a realização de novas combinações, definem o desenvolvimento no sentido em que é abordado por Schumpeter (1964), conceito que se distingue do crescimento econômico. O crescimento econômico é representado pelo aumento da população e da riqueza, enquanto o desenvolvimento “é uma mudança espontânea e descontínua nos canais do fluxo, perturbação do equilíbrio, que altera e desloca para sempre o estado de equilíbrio previamente existente” (SCHUMPETER, 1964, p. 75). Sendo assim, o processo de desenvolvimento é definido pelas inovações ou realização de novas combinações, que significa o emprego diferente da oferta de meios produtivos existentes no sistema econômico.

Para Schumpeter (1964), o comando sobre os meios de produção é necessário para a realização de novas combinações. Dessa forma, o produtor é o responsável por iniciar a mudança econômica, enquanto os consumidores são “educados” e “ensinados” a querer coisas novas. Tal substituição dos antigos produtos e hábitos de consumir por novos ficou conhecida como “destruição criadora”.

Schumpeter (1964) considera o crédito importante para o desenvolvimento industrial, juntamente com outros dois fatores: a inovação tecnológica e a presença do empresário empreendedor. Segundo ele, o empreendedor é o único que necessita acesso ao crédito, não sendo o crédito ao consumidor um elemento essencial no processo econômico. Afirmou que

Não faz parte da natureza econômica de nenhum indivíduo que deva contrair empréstimos para o consumo nem da natureza de nenhum processo produtivo que os participantes devam incorrer em dívidas para o propósito de seu consumo (SCHUMPETER, 1964, p.108).

Sendo assim, o crédito é essencial ao desenvolvimento industrial quando concedido ao empresário. Os empresários, segundo Schumpeter (1964) são os únicos que precisam de crédito, além de serem os únicos indivíduos devedores pela natureza de sua função econômica. Isso porque para se tornarem empresários necessitam poder de compra e, caso não o tenham, podem tomá-lo emprestado.

É importante ressaltar que o empresário schumpeteriano não é o empresário tradicional e capitalista. Schumpeter (1964) chama de “empresários” os indivíduos que realizam combinações novas (“empreendimentos”) e define a concessão de crédito ao empresário como toda espécie de extensão de crédito para fins de inovações. Segundo ele, esse tipo de crédito é de menor risco pra os banqueiros, que desempenham a função de intermédio entre o empresário e os proprietários dos meios de produção.

Já que o processo de desenvolvimento é definido pela realização de novas combinações, que só se tornam possíveis a partir do comando sobre os meios de produção, então o produtor, caso não possua poder de compra pode adquirí-lo por meio do crédito. Dessa forma, fica evidente a importância do crédito e sua relação com as inovações.

MacDonald e Gastmann (2001) comparam o crédito no sistema econômico global com um sistema de irrigação: se ela for bem mantida, fornecerá às culturas uma quantidade adequada de água, podendo transformar um campo empoeirado em um campo verde e capaz de produzir alimentos. Segundo eles, cada gota de água é preciosa. Da mesma forma, um sistema de crédito eficiente produz resultados positivos no desenvolvimento econômico, beneficiando a maioria dos cidadãos.

Tal afirmação é confirmada por Pimentel (2009), que mostra que em países com o Produto Interno Bruto (PIB) mais elevado, a concessão de crédito para o setor privado é maior do que nos países com PIBs menores. Segundo ele, “não há país que tenha alcançado o desenvolvimento sem constituir, conjuntamente, um sistema financeiro sólido e confiável, capaz de dar sustentação a projetos de longo-prazo que, portadores de alto risco, são essenciais para o desenvolvimento em tecnologia e infraestrutura” (PIMENTEL, 2009, p.26).

Keynes (1996) também estudou a importância do crédito e afirmou que a concessão do crédito bancário tende a aumentar a produção e o valor da produção marginal expressa em unidades de salário, além de aumentar a unidade de salários em termos de moeda. Segundo ele, esse último acompanha em geral a melhoria do

emprego. Estas tendências podem afetar a distribuição da renda real entre os grupos de uma sociedade e é importante ressaltar que elas acontecem em situações de aumento da produção, tendo ele como origem a concessão do crédito bancário ou não.

Conforme Keynes (1996, p.176), “o indivíduo, para quem as futuras taxas de juros estarão acima daquelas previstas pelo mercado, tem motivos para conservar em caixa dinheiro líquido”. Ou seja, se as futuras taxas de juros estão elevadas, o público em geral terá maior preferência por liquidez no presente e os bancos reduzirão a capacidade de oferta de crédito. Como a concessão de crédito pelos bancos tende a aumentar a produção, é possível concluir que uma alta taxa de juros pode inibir o processo produtivo, já que afeta a funcionalidade do sistema de crédito.

De tal forma, “a taxa de juros, que define o estado do crédito, deve ser reduzida em relação à eficiência marginal de capital, como meio de favorecer a decisão pelos investimentos” (ALVES; VERÍSSIMO, 2010, p.10).

De acordo com Neri e Medrado (2010), o crédito viabiliza a realização das oportunidades existentes, podendo ser um facilitador para os negócios criados. No entanto a elevada taxa de juros do Brasil, se comparada aos outros países, pode diminuir a oferta de crédito.

Para se entender o motivo da necessidade de crédito, é necessário observar o sistema capitalista. Segundo Costa (2010), na atual revolução tecnológica, até mesmo trabalhadores qualificados apresentam dificuldades de se empregarem, de tal forma que a determinação do nível de emprego não depende de decisões dos trabalhadores. O sistema capitalista não é capaz de absorver toda a mão de obra disponível, criando o que Keynes chamou de desemprego involuntário, explicado por Costa (2010) como:

Existe desemprego quando o impulso para os gastos em investimento dos contratantes de mão de obra não é suficiente para justificar a contratação de toda a população economicamente ativa que busca emprego. Isto ocorre quando a demanda efetiva é deficiente. Os gastos em consumo e investimento não são suficientemente grandes, para capacitar os empreendedores a obterem lucro através da potencial utilização do trabalho dos desempregados. (COSTA, 2010, p. 3)

Sendo assim, essa parcela da população que, embora qualificada, não encontra emprego, é excluída da economia capitalista, podendo trabalhar por conta própria, com a criação de micro empreendimentos (COSTA, 2010).

Segundo o Banco Central do Brasil (2003), o principal motivo de os microempreendedores que trabalham por conta própria perderem oportunidades de crescer com segurança é a falta de acesso a serviços financeiros adequados. Estima-se que mais de 80% dos microempreendedores nos países subdesenvolvidos não possuem acesso ao crédito ou a alguma instituição em que possam poupar com segurança. Sendo assim, acabam recorrendo a fontes de recurso alternativas, como empréstimos de pessoas conhecidas ou até mesmo agiotas.

Além de o acesso ao crédito ser dificultado para os microempreendedores, ele é de ainda mais difícil acesso aos necessitados, como os desempregados, já que, de acordo com a lógica capitalista, o crédito deverá ser fornecido àqueles que o utilizariam para aumento da capacidade produtiva (COSTA, 2010). É nesse contexto que os programas de microfinanças são relevantes.

2.2 Microfinanças

Por prestar serviços financeiros à população de baixa renda, excluída do sistema financeiro tradicional, as microfinanças são de grande relevância. Consistem na prestação de serviços financeiros adequados e sustentáveis para a população de baixa renda, com a utilização de produtos, processos e gestão diferenciados (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2003). A primeira iniciativa ocorreu na Alemanha, em 1846: um pastor passou a ceder farinha de trigo aos fazendeiros, como forma de capital de giro para os negócios, o que foi motivado por um rigoroso inverno que impossibilitou a produção dos fazendeiros e os deixou dependentes de agiotas. A iniciativa, considerada um empreendimento, foi chamada de “Associação do Pão”, cresceu e se transformou em uma cooperativa de crédito para a população carente. (MONZONI NETO, 2006).

Os serviços prestados pelos programas de microfinanças permitem que a população excluída do sistema financeiro tenha acesso ao crédito com menores custos, a contas de depósitos simplificadas, além de seguros e poupanças, o que estimula a geração de renda regional e até mesmo o desenvolvimento local (LIMA, 2004). De acordo com Jim Yong Kim, presidente do grupo Banco Mundial em 2015, “o acesso a serviços financeiros pode atuar como ponte para sair da pobreza”, o que ressalta ainda mais a importância de iniciativas como as de microfinanças (BANCO MUNDIAL, 2015).

No Brasil, a organização microfinanceira opera através de Instituições Microfinanceiras (IMF), que são constituídas por meio de organizações não governamentais (ONGs), organizações da sociedade civil de interesse público (OSCIP), cooperativas de crédito, sociedade de crédito ao microempreendedor (SCM), bancos comerciais públicos e privados e fundos institucionais (LIMA, 2004). De acordo com Lima (2004), as IMF operam essencialmente com microcrédito, um segmento de microfinança que abrange somente o crédito. É definido como

a concessão de empréstimos de baixo valor a pequenos empreendedores informais e microempresas sem acesso formal ao sistema financeiro tradicional, principalmente por não terem como oferecer garantias reais. É um crédito destinado à produção (capital de giro e investimento) e é concedido com o uso de metodologia específica. (BARONE et al, 2002)

Um dos facilitadores do microcrédito para a população de baixa renda é a ausência de garantias reais, já que as transações, em sua maioria, têm como garantia o aval solidário (SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS, 2018). São formados grupos geralmente de três a cinco pessoas com pequenos negócios que possuam confiança umas nas outras, de forma que se uma pessoa do grupo não cumprir seus compromissos, as outras se responsabilizam solidariamente (SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS, 2017?). Além disso, de acordo com o SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS (2018), a concessão de crédito é ágil e adequada ao ciclo de negócios do empreendimento, além de a proximidade entre os tomadores de empréstimos e a instituição tornarem os custos de transação baixos e reduzirem a burocracia.

2.3 Diferença de microcrédito, crédito popular e o microcrédito produtivo orientado

A concessão de crédito popular é classificada pelo próprio governo federal como microcrédito, o que juntamente com o fato de ele ser concedido à população de baixa renda, contribui para a confusão dos conceitos (MONZONI NETO, 2006). O crédito popular, diferentemente do microcrédito, não garante a utilização dos recursos para a atividade produtiva, sendo normalmente utilizado para pagamento de dívidas ou de consumo (MONZONI NETO, 2006).

O Microcrédito Produtivo Orientado, definido pelo Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO), é considerado um crédito de baixo valor,

oferecido por instituições financeiras ou não, em apoio a microempreendimentos, para fomento da atividade produtiva, orientada por agente de crédito ou assistida por programas de capacitação e com aval solidário, ou seja, sem garantia real (MONZONI NETO, 2006).

O Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO) foi instituído pela Lei nº 11.110, de 25 de abril de 2005, com os objetivos principais de incentivar a geração de trabalho e renda entre os microempreendedores populares; disponibilizar recursos para o microcrédito produtivo orientado e oferecer apoio técnico às instituições de microcrédito produtivo orientado, com vistas ao fortalecimento institucional destas para a prestação de serviços aos empreendedores populares (BRASIL, 2016).

Este trabalho considerará o conceito de Microcrédito Produtivo Orientado definido pelo PNMPO, quando mencionada a palavra microcrédito.

2.4 O impacto do microcrédito no desenvolvimento

De acordo com Morduch (1999), o microcrédito surgiu como uma promessa de inclusão social e redução da pobreza por meio de serviços financeiros destinados à sociedade de baixa renda. Além disso, segundo Soares, Barreto e Azevedo (2011), o Banco Mundial e vários países em desenvolvimento têm estimulado esta modalidade de crédito até mesmo como política de desenvolvimento. Sendo assim, é importante entender como o microcrédito pode impactar o desenvolvimento social, regional e de pequenos negócios.

É importante diferenciar os conceitos de crescimento e desenvolvimento econômico. O crescimento ocorre quando há aumento contínuo da renda per capita ao longo do tempo, ou seja, aumento da renda média por habitante. Já desenvolvimento é um conceito mais qualitativo, que resulta do crescimento econômico, acompanhado de melhoria na qualidade de vida e nos indicadores de bem-estar econômico e social, como a pobreza, desemprego, desigualdade, condições de saúde, alimentação, educação e moradia (VASCONCELLOS; GARCIA, 2014).

Do ponto de vista regional, o conceito de desenvolvimento endógeno pode ser entendido como um processo de crescimento econômico que implica uma contínua ampliação da capacidade de agregação de valor sobre a produção, bem como da capacidade de absorção da região, cujo desdobramento é a retenção do excedente econômico gerado na economia local e/ou a atração de excedentes provenientes de outras regiões. Esse processo tem como resultado a ampliação do emprego, do produto e da renda do local ou da região (AMARAL FILHO, 2001).

Como visto anteriormente, os serviços prestados por programas como os de microcrédito permitem a inclusão financeira de parte da população, por meio de acesso ao crédito com menores custos, criação de contas de depósito simplificadas, além de seguros e poupanças. Segundo a Secretaria Geral da ONU de Inclusão Financeira para o Desenvolvimento, a inclusão financeira tem impactos positivos na redução da pobreza e da fome; no bem-estar e na saúde; na qualidade da educação; na igualdade de gêneros; no acesso à infraestrutura; no crescimento da economia, da indústria e da inovação e na redução de desigualdades. (UNITED NATIONS SECRETARY-GENERAL'S SPECIAL ADVOCATE FOR INCLUSIVE FINANCE FOR DEVELOPMENT ANNUAL REPORT, 2016).

A inclusão financeira possibilita serviços de poupança para as famílias, que com isso, conseguem absorver melhor possíveis choques financeiros e até mesmo investir em capital humano, como educação e saúde. Isso pode levar à redução da pobreza e a um maior crescimento. A fome também pode ser reduzida com o maior número de pessoas com acesso a serviços financeiros, visto que fazendeiros com acesso a crédito, seguros e poupanças, por exemplo, normalmente produzem mais e têm mais resistência a choques externos. Os impactos no bem-estar, na saúde e na educação também são positivos, já que a inclusão financeira permite que pessoas lidem com despesas de saúde, além de investirem em conhecimento e educação. Ainda, os serviços financeiros são responsáveis por ajudar as mulheres a terem mais controle sobre suas finanças e a afirmarem seu próprio poder econômico, o que pode impactar positivamente a igualdade de gêneros (UNITED NATIONS SECRETARY-GENERAL'S SPECIAL ADVOCATE FOR INCLUSIVE FINANCE FOR DEVELOPMENT ANNUAL REPORT, 2016).

A infraestrutura também é afetada pelo acesso de mais pessoas aos serviços financeiros, já que as inovações nas finanças digitais diminuem os custos de transação e podem acelerar o acesso a recursos como saneamento básico, água e energia. O acesso a instituições financeiras permite maiores retornos de capital, o que aumenta a renda e, conseqüentemente, afeta o crescimento econômico. Além disso,

permite a criação de mais negócios e a expansão de firmas já existentes, por habilitar maior investimento. Apesar de o crédito em si não ter relações significativas com a redução do desemprego, o aumento do número de negócios impulsionado pelo aumento do acesso ao crédito é responsável pela criação de mais empregos na economia. Por fim, incluir mais pessoas no sistema financeiro pode ser visto como um passo a ser dado em direção à redução das desigualdades, por promover uma base para crescimento igualitário e melhorar a qualidade de vida da população pobre (UNITED NATIONS SECRETARY-GENERAL'S SPECIAL ADVOCATE FOR INCLUSIVE FINANCE FOR DEVELOPMENT ANNUAL REPORT, 2016).

Sendo assim, a inclusão financeira é estimulada pelo microcrédito e é responsável por vários impactos positivos para o desenvolvimento social, econômico e de pequenos negócios. O aumento dos investimentos relacionados à saúde, bem-estar e educação estão ligados ao capital humano, considerado por Schultz (1962) como a principal fonte do processo de crescimento econômico de longo prazo.

2.5 O impacto do microcrédito na redução da pobreza

O microcrédito é adotado como solução para superar a pobreza e desigualdade, porém o fato de que o caso de sucesso do Banco Grameen ocorreu em uma situação de extrema pobreza torna esta adição discutível (SANTOS; CARRION, 2009). Sendo assim, para se estudar a eficiência do microcrédito em reduzir, ou até mesmo erradicar a pobreza, é necessário apresentar as diferentes noções existentes de pobreza.

Segundo Salgado, citado por Santos e Carrion (2009), existem duas vertentes intelectuais que abordam a questão da abundância e carência social e econômica: a tradição liberal, em que a carência é resolvida com uma maior oferta de oportunidades; e a vertente da classe operária. No primeiro, a realização do homem se dá na esfera do mercado; e no segundo, na esfera do trabalho. No entanto, tais abordagens são consideradas falhas para explicar o problema de carência e pobreza no mundo contemporâneo.

Atualmente, a pobreza vem sendo considerada um fenômeno multidimensional e existem três principais abordagens para se tratar do tema: a pobreza como carência no atendimento de necessidades essenciais; a pobreza como carência de capital social e a pobreza como carência de empoderamento (SANTOS; CARRION, 2009).

Conforme Santos e Carrion (2009), a pobreza como carência no atendimento de necessidades essenciais considera pobreza a situação em que necessidades básicas, como de abrigo, saúde, educação, convivência social e dignidade não são atendidas, tanto pelas esferas públicas, quanto privadas.

A pobreza como carência de capital social encara a pobreza como uma falta de laços sociais e de redes complexas de reciprocidade e confiança, segundo Toledo, citado por Santos e Carrion (2009). “A presença de capital social numa comunidade propicia a tomada de decisão e também a prática de ações que envolvem colaboração e benefício para toda a comunidade” (PUTNAM apud SANTOS; CARRION, 2009).

A pobreza como carência de empoderamento é a situação em que não existe a possibilidade de ser ouvido e de fazer valer suas opiniões (TOLEDO apud SANTOS; CARRION, 2009). Ou seja, a falta de liberdade de escolha e ação.

Conforme Hagenars e Vos, citados por Santos e Carrion (2009), os conceitos de pobreza podem ser enquadrados em três categoriais: pobreza absoluta (ter menos que um mínimo objetivamente definido); pobreza relativa (ter menos que outros na sociedade) e pobreza subjetiva (sentir que não se tem o suficiente para seguir adiante).

Estudos sobre o Banco Grameen, em Bangladesh, apontam que metade dos tomadores de empréstimo nos últimos dez anos transpuseram a linha de pobreza. Segundo Santos e Carrion (2009, p. 62), “apesar da mudança em Bangladesh ser colocada como radical por Yunus (2003) em algum sentido, entende-se que o método de combate à pobreza ainda se mostra basicamente voltado para sanar problemas de ordem econômica das pessoas”.

Sendo assim, o microcrédito melhora o acesso de muitas famílias a necessidades básicas, tirando-as de uma situação crítica e de extrema carência, porém não soluciona necessariamente a questão da carência por capital social e empoderamento. Segundo Santos e Carrion (2009, p. 64), “é necessário atentar com que tipo de pobreza certos autores dialogam”. No caso do microcrédito, normalmente se considera o solucionamento da pobreza absoluta, desconsiderando-se a pobreza relativa e subjetiva (SANTOS; CARRION, 2009).

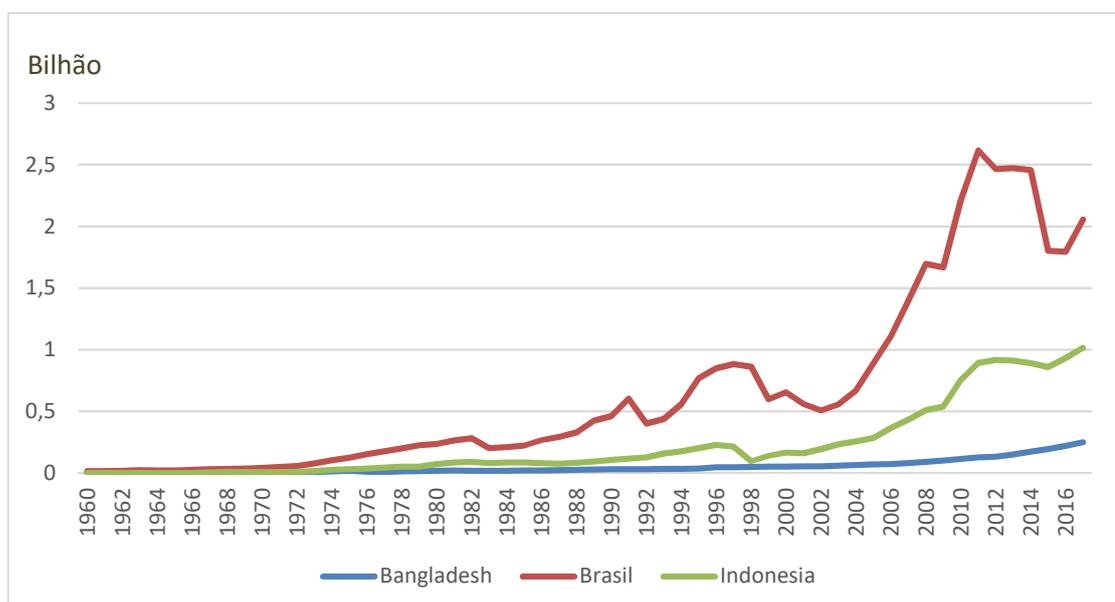
3. O MICROCRÉDITO NO BRASIL E UMA BREVE COMPARAÇÃO COM BANGLADESH E INDONÉSIA

Segundo Neri e Medrado (2010), as duas organizações de microcrédito mais bem-sucedidas no mundo são o Banco Grameen e o “sistema de unit dessa” do Banco Rakyat, de Bangladesh e da Indonésia, respectivamente. Essas experiências obtiveram sucesso, já que resultaram em melhoria da renda e das condições de vida dos tomadores de empréstimo. No entanto, ambos os casos de maior relevância ocorreram em situações de extrema pobreza, que se difere da situação do Brasil, o que torna a adoção do microcrédito como solução para a pobreza e desigualdade discutível.

3.1 Programas de microcrédito em Bangladesh e Indonésia

Para se analisar o sucesso do microcrédito no Brasil, é interessante comparar o cenário econômico com o de outros países, como Bangladesh e Indonésia, que tiveram programas de microcrédito bem sucedidos (NERI; MEDRADO, 2010). Enquanto em 2017 Bangladesh apresentou Produto Interno Bruto (PIB) de US\$ 249.724 milhões, o Brasil tinha um PIB de US\$ 2.056.505 milhões (BANCO MUNDIAL, 2018). Já o PIB da Indonésia em 2017 era US\$ 1.015.539,02 milhões, que embora muito maior do que o PIB de Bangladesh, ainda apresenta uma diferença considerável do PIB brasileiro (BANCO MUNDIAL, 2018).

Gráfico 1 - PIB (US\$ a preços atuais)



Fonte: Banco Mundial (2018)

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de Bangladesh em 2017 era 0,608 e o da Indonésia era 0,694, considerados médios, e no Brasil, 0,759, considerado alto (UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME, 2018). Além disso, em 2016 14,8% da população de Bangladesh e 7,2% da população da Indonésia vivia abaixo da linha de pobreza, considerada como US\$ 1,90 ao dia, enquanto em 2015, no Brasil, essa porcentagem era 3,4 (BANCO MUNDIAL, 2018).

O programa de microcrédito mais conhecido em Bangladesh é o do Grameen Bank, banco que fornece crédito para a população mais carente na área rural de Bangladesh, sem qualquer garantia. O banco enxerga o crédito como um direito humano e tem a missão de ajudar as famílias pobres a conseguirem superar a pobreza. Seu fundador, Muhammad Yunus, pensava que se recursos financeiros puderem se tornar disponíveis para os mais pobres em termos e condições apropriadas e razoáveis, “essas milhões de pessoas pequenas com seus milhões de pequenas atividades podem se somar para criar a maior maravilha do desenvolvimento” (GRAMEEN BANK, 2018).

Em 2017, o banco tinha 8,93 milhões de tomadores de empréstimos, sendo 97% mulheres, já que o público alvo são principalmente mulheres pobres. O serviço era prestado em 81.400 povoados, mais de 97% dos povoados de Bangladesh. Desde a fundação do banco, foram desembolsados mais de 25.000 milhões de dólares e mais de 23.000 milhões já foram pagos. Para se tomar empréstimos no banco, é necessário que ele seja feito por um grupo de pessoas e geralmente os empréstimos são feitos por organizações não lucrativas ou instituições dos próprios tomadores de empréstimos.

Na Indonésia, o Bank Rakyat Indonesia (BRI), um dos maiores bancos estatais do país, é uma instituição que presta serviços financeiros às populações de baixa renda. Uma característica do programa desse banco é que os empréstimos são individuais. O crédito para micro negócios pode chegar até Rp 25 milhões, o que corresponde a aproximadamente US\$ 1.650,00 por devedor. Para se tornar um tomador de empréstimo, o indivíduo deve estar executando um negócio produtivo e viável que tenha no mínimo seis meses de vida. A taxa de juros máxima é de 7% ao ano (BANK RAKYAT INDONESIA, 2018).

3.2. Relato sobre o microcrédito no Brasil

No Brasil, a primeira iniciativa de microfinanças foi pela União Nordestina de Assistência a Pequenas Organizações, em 1973, na Grande Recife, Pernambuco. O programa concedia crédito a microempresários informais, além de capacitá-los em gestão e produzir pesquisas sobre o perfil da clientela. A segunda organização a atuar na área de microfinanças foi a Associação Brasileira para o Desenvolvimento da Mulher – Banco da Mulher, criado em 1982, no Rio de Janeiro e sem fins lucrativos. O objetivo era a inserção da mulher na sociedade e a qualidade de vida na família (MONZONI NETO, 2006).

Ao longo dos anos, ONGs e bancos para fornecimento de Microcrédito, como o PROMICRO, no Paraná, foram criados, assim como uma legislação a respeito deste assunto. A partir da Lei 9.790/99 foi criada a qualificação de organização da sociedade civil de interesse público (Oscip) para pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos e o microcrédito foi incluído como uma das finalidades dessas organizações. Além disso, a partir da Resolução 2874 criou-se as Sociedades de Crédito ao Microempreendedor (SCM), instituições financeiras que regulamentam a participação da iniciativa privada na indústria de microfinanças (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2001).

O final da década de 1990 e início dos anos 2000 foi marcado pela entrada e atuação das instituições governamentais. Foi nesse momento em que o CrediAmigo e os Bancos do Povo foram criados (MONZONI NETO, 2006).

Em 2003, foi estipulada a Lei 10.735/03, que dispunha sobre o direcionamento de depósitos à vista captados pelas instituições financeiras para operações de crédito à população de baixa renda.

Os bancos comerciais, os bancos múltiplos com carteira comercial, a Caixa Econômica Federal, bem como as cooperativas de crédito de pequenos empresários, microempresários ou microempreendedores e de livre admissão de associados manterão aplicada em operações de crédito destinadas à população de baixa renda e a microempreendedores parcela dos recursos oriundos dos depósitos à vista por eles captados. (BRASIL, 2003)

No que se diz respeito a ONGs que atuam com o microcrédito, Costa (2009) afirma que não alcançaram auto-suficiência, fomentando no máximo um desenvolvimento local. Já o CrediAmigo, a única experiência em que houve integração entre um banco público federal e microcrédito, conseguiu alcançar grande escala operacional. Até o final de agosto de 2001, a posição acumulada do programa era de

502 mil operações e 364 milhões de reais. Foi criado um instituto (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP) que realizava a análise de crédito, o assessoramento empresarial e o acompanhamento dos pagamentos.

Em 2005, a partir da Lei 11.110/05, foi criado o programa de microcrédito: o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado – PNMPO. Os objetivos gerais do programa são: incentivar a geração de trabalho e renda entre microempreendedores populares, formais e informais, com atividades produtivas de pequeno porte e faturamento anual até R\$ 120 mil; disponibilizar recursos para o microcrédito produtivo orientado e oferecer apoio técnico às instituições de microcrédito produtivo orientado. Além disso, o PNMPO também tem a função de fomentar o microcrédito (BRASIL, 2016).

A metodologia utilizada é de relacionamento direto entre um agente de crédito de uma instituição habilitada ao programa e o empreendedor. Por meio de um levantamento socioeconômico, o potencial do negócio do empreendedor é avaliado, assim como a necessidade do crédito e a capacidade de pagamento. Os recursos de financiamento são do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e dos 2% dos depósitos compulsórios à vista junto ao Banco Central (BRASIL, 2016).

Os recursos do FAT são alocados nos bancos públicos federais através dos termos de alocação de depósitos especiais (TADE's), que por sua vez repassam as instituições de Microcrédito produtivo orientado – IMPO's (OSCIPS, Cooperativas de crédito, Sociedades de Crédito ao Microempreendedor (SCMEPP). (BRASIL, 2016)

Em março de 2018, foi criada uma nova lei do PNMPO, a Lei 13.636/18. O limite de faturamento anual para os tomadores de empréstimo aumentou de R\$ 120 mil para R\$ 200 mil. Além disso, os recursos disponibilizados foram ampliados, com a possibilidade de recursos oriundos das receitas do orçamento geral da União e partes dos fundos constitucionais das regiões. Outra alteração foi em relação à forma de atendimento, não sendo mais necessário o relacionamento direto, por meio do contato presencial. Agora os empréstimos podem ser concedidos por empresas tecnológicas que oferecem serviços financeiros, as chamadas *fintechs* (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2018)

4. A EVOLUÇÃO DO CREDIAMIGO DE 2006 A 2016

4.1 O Crediamigo

O Crediamigo é o maior Programa de Microcrédito Produtivo Orientado da América do Sul e atua na concessão de créditos em grupo solidário ou individual. Foi criado em 1997 com o apoio do Banco Mundial e do Banco Internacional de Desenvolvimento e possibilitou o acesso ao crédito à empreendedores que não tinham acesso ao sistema financeiro (BANCO DO NORDESTE, 2018). De acordo com o Banco do Nordeste (2017), a maior parte de seus clientes é o público feminino, que corresponde à 67%. 51% dos clientes têm a renda familiar mensal inferior a R\$ 1.000,00 e o setor de atividade predominante é o comercial (90%).

Os valores dos empréstimos podem variar, assim como a finalidade, garantia, encargos e prazo. Grupos de 11 a 30 integrantes podem obter crédito de R\$ 100,00 até R\$ 1.100,00 com finalidade de capital de giro e investimento, com taxa de juros de 1,20% ao mês mais taxa de abertura do crédito de 3% sobre o valor da operação. O prazo do empréstimo pode variar entre 4 meses e 1 ano. Já grupos de 3 a 10 integrantes podem obter crédito com finalidade de capital de giro e o valor pode ir até R\$ 15.000,00, com taxas de juros que variam entre 1,70% e 2,00% mais a taxa de abertura do crédito.

Quadro 1 – Condições do Crédito

FINALIDADE/GARANTIA	VALORES	ENCARGOS	PRAZO
Capital de Giro e Investimento Grupos de 11 a 30 integrantes	R\$ 100,00 a R\$ 1.100,00	Taxa de juros de 1,20% ao mês + TAC* de até 3%	Entre 4 e 12 meses
Capital de Giro Grupos de 3 a 10 integrantes	R\$ 100,00 a R\$ 2.000,00	Taxa de juros de 1,70% ao mês + TAC* de até 3%	Entre 4 e 12 meses
Investimento Fixo Individual/ Coobrigado	R\$ 300,00 a R\$ 8.000,00	Taxa de juros de 2 % ao mês + TAC* de até 3%	Entre 1 e 24 meses
Capital de Giro Grupos de 3 a 10 integrantes	R\$ 2.100,00 a R\$ 15.000,00		Entre 1 e 12 meses
Capital de Giro e Investimento Individual/ Coobrigado	R\$ 300,00 a R\$ 15.000,00		Entre 1 e 24 meses
Investimento Fixo/ Capacitação Individual/ Coobrigado	R\$ 1.000,00 a R\$ 15.000,00	Taxa de juros de 1,80% ao mês + TAC* de até 3%	Entre 1 e 24 meses

Fonte: Banco do Nordeste (2016)

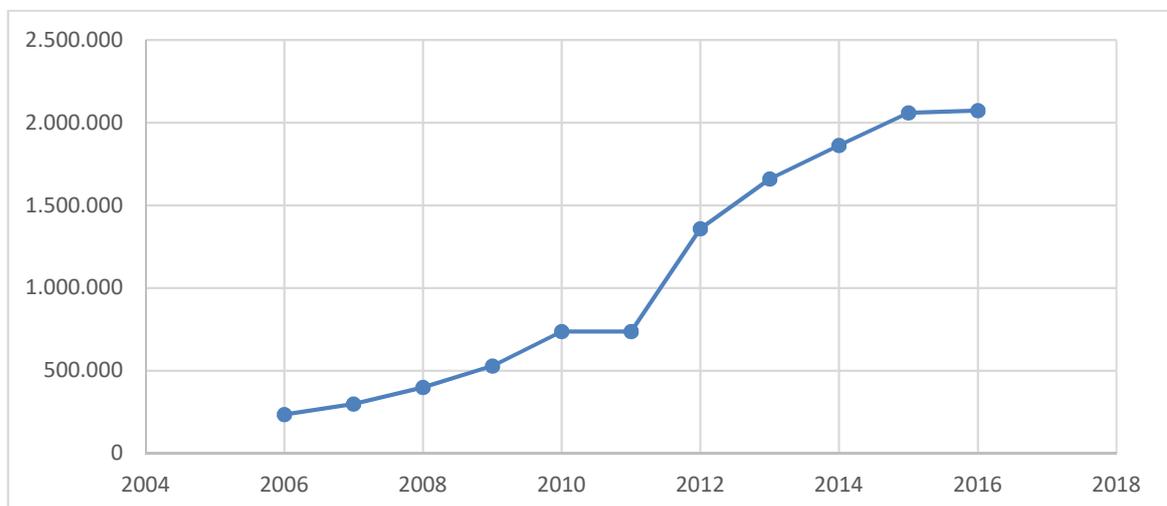
Ao longo dos anos, o programa Crediamigo tem apresentado crescimento, seja em relação à quantidade de clientes atendidos ou à quantidade de empréstimos desembolsados. Em 2006, o número de clientes ativos era 235.729 e foram desembolsados 690.415 empréstimos. Já em 2016, o número de clientes ativos passou a ser 2.073.661 e foram desembolsados 4.164.755 empréstimos, o que corresponde a um aumento de aproximadamente 780% na quantidade de clientes e de 503% na quantidade de empréstimos realizados. (BANCO DO NORDESTE, 2006; 2016)

Um dos produtos do Crediamigo é o Crediamigo Mais, opção em que o tomador de empréstimo além de receber recursos para investimento fixo, pode optar por cursos de capacitação gerencial e consultoria, tanto para o titular da empresa como para seus empregados. Os clientes do programa também podem optar por uma orientação empresarial e ambiental, em que o assessor de crédito oferece noções básicas aos clientes sobre vendas, qualidade, planejamento, crédito, controles financeiros e meio ambiente (BANCO DO NORDESTE, 2018).

4.2 Resultados do Programa Crediamigo no Nordeste

De 2006 a 2016, período escolhido para ser estudado nesta monografia, o programa Crediamigo apresentou grande crescimento, seja em relação à quantidade de clientes ativos ou ao valor dos empréstimos desembolsados. O número de clientes ativos aumentou 779% ao longo desse período, passando de um pouco mais de duzentos mil para mais de dois milhões.

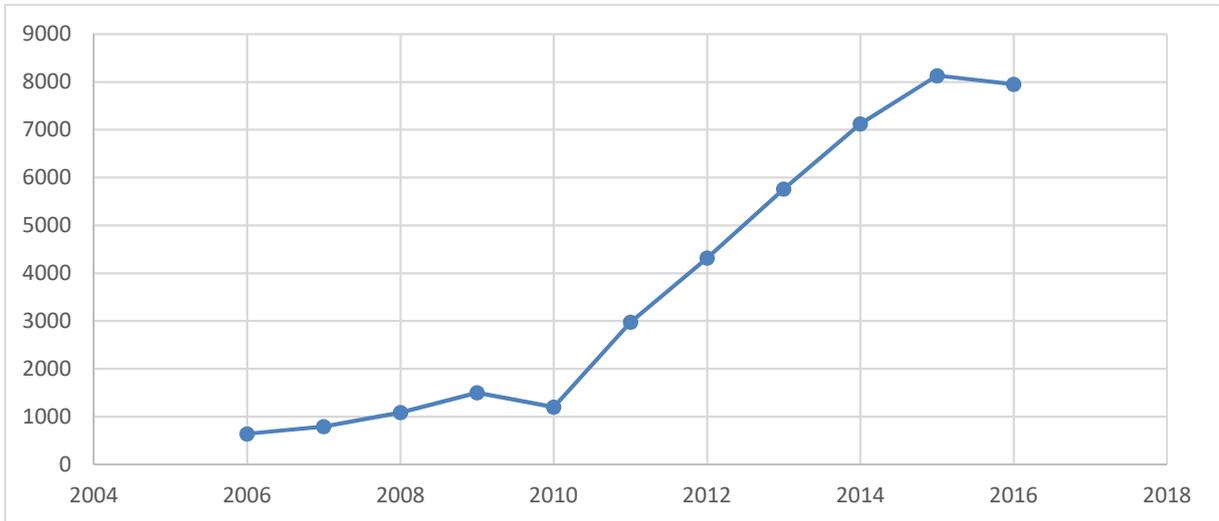
Gráfico 2 – Clientes Ativos



Fonte: Banco do Nordeste (2006;2016)

Também é crescente o valor total dos empréstimos desembolsados, com uma variação de mais de 1000%. Em 2006, foram desembolsados R\$ 639,6 milhões, enquanto em 2016 esse valor foi de R\$ 7,954 milhões.

Gráfico 3 – Empréstimos Desembolsados (R\$ milhões)



Fonte: Banco do Nordeste (2006;2016)

É importante ressaltar que o índice de inadimplência, um indicador de sustentabilidade do programa, variou entre 0,7% e 1,9%. A inadimplência calculada é a média ponderada dos valores em atraso de 1 a 90 dias em relação à carteira ativa. Os anos que apresentaram maior inadimplência foram 2008 e 2016, anos em que ocorreram crises econômicas.

Tabela 1 – Índice de inadimplência

Ano	Índice de Inadimplência
2006	0,73%
2007	0,81%
2008	1,13%
2009	1,16%
2010	0,97%
2011	1,09%
2012	1,03%
2013	1,07%
2014	1,03%
2015	1,22%
2016	1,90%

Fonte: Banco do Nordeste (2006;2016)

O valor médio dos empréstimos no período também aumentou, de R\$ 926,41 para R\$ 1.909,84. No entanto, permaneceu sendo um valor relativamente baixo, já que os esforços do programa são voltados para a população de baixa renda. Em 2016, quase metade dos clientes tinham renda familiar mensal inferior a mil reais, o que, segundo o Banco do Nordeste, indica mais uma vez a importância do Crediamigo em atender as famílias de mais baixa renda da zona urbana (BANCO DO NORDESTE, 2006; 2016).

Além de ter apresentado crescimento no número de clientes ativos e na quantidade de empréstimos desembolsados, o Crediamigo apresenta resultados financeiros crescentes, de dois milhões de reais em 2003 para mais de cinquenta milhões em 2010, o que indica a sustentabilidade do programa (BANCO DO NORDESTE, 2010).

Os valores emprestados pelo programa demonstram que o atendimento foi direcionado a uma parcela significativa de pequenos negócios. Em muitos casos, a única fonte de renda familiar é o microempreendimento, o que ressalta a importância do fornecimento do microcrédito para essas famílias (OLIVEIRA; ANDRADE; GONÇALVES, 2010).

5. CONCLUSÃO

A partir do caso analisado, é possível refletir sobre o papel do microcrédito no desenvolvimento das microempresas e na redução da pobreza. A existência de programas sociais e o atendimento às necessidades da população de baixa renda, inclusive com o microcrédito, têm contribuído para reduzir o número de pobres, tanto no mundo como no Brasil.

As experiências internacionais de sucesso confirmaram que o microcrédito pode ser uma ferramenta eficiente na inclusão econômica e social e no desenvolvimento dos microempreendimentos. Foi visto que o contexto brasileiro e o internacional são diferentes. Bangladesh e Indonésia apresentam PIBs menores do que os brasileiros, além de serem zonas rurais, com menor IDH e população mais pobre. Além disso, no Brasil, as atividades de microcrédito apresentam problemas de gestão e pouco conhecimento de estratégias de mercado e de recursos humanos, porém, são consideradas viáveis, com retorno e baixa inadimplência.

O país apresenta muitas pequenas empresas, com acesso limitado ao crédito, o que pode impedir a criação de novos negócios produtivos e a geração de empregos e investimentos. A utilização do método de aval solidário nos programas de microcrédito e a baixa taxa de juros cobrada por eles faz com que seja mais fácil para essas empresas adquirir crédito. Além disso, os programas permitem a inclusão financeira, que tem resultados positivos no contexto socioeconômico, como na redução da pobreza, igualdade de gêneros e até mesmo no crescimento da economia, inovação e redução das desigualdades.

Foi possível perceber que o Crediamigo está em constante crescimento, o que é representado pelo aumento do impacto do programa, com um número cada vez maior de clientes sendo atendidos, aumento do valor total dos empréstimos desembolsados e do seu valor médio. A inadimplência é baixa e o programa apresenta retorno e resultados financeiros positivos.

Fica evidente que o Crediamigo contribui para o acesso das microempresas ao crédito e, já que muitas vezes essas empresas são a única fonte de renda das famílias, o favorecimento de sua sobrevivência é interessante para o aumento da renda familiar. Ainda, foi visto a importância do crédito para o desenvolvimento, já que ele possibilita a sustentação a projetos de longo prazo, aumenta a produção e,

consequentemente, pode aumentar a distribuição da renda real entre os grupos de uma sociedade.

Considerando a grande quantidade de pequenas empresas e negócios informais no Brasil e a dificuldade de acesso ao crédito para essa parcela da sociedade, além da importância que o crédito pode ter para a redução da pobreza e no desenvolvimento dos negócios, conclui-se que é importante que os programas de microcrédito sejam mantidos, incentivados e ampliados, de forma que os benefícios do acesso ao crédito e a serviços financeiros tenham um impacto ainda maior na sociedade brasileira.

REFERÊNCIAS

AGHION, B. A.; MORDUCH, J. **The economics of microfinance**. Massachusetts, EUA, 2010: The MIT Press.

ALVES, Thaís G.; VERÍSSIMO, Michele P. **Perspectiva econômica** v. 6, n. 1:16-36 jan/jun 2010. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/perspectiva_economica/article/view/4289/1572>. Acesso em: 9 out. 2018.

AMARAL FILHO; Jair do. A endogeneização no desenvolvimento econômico regional e local. **IPEA - Planejamento e políticas públicas ppp**. n.23, p. 261-286, jun 2001. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/78/89>>. Acesso em 6 mai. 2018.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Democratização do crédito no Brasil** – principais desafios – atuação do banco central. 2003. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/htms/eventos/seminariomicrocredito/paginas/01_1t_marden.doc> . Acesso em: 28 out. 2018.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Resolução nº 2874**, de 26 de julho de 2001. Dispõe sobre a constituição e o funcionamento de sociedades de crédito ao microempreendedor. 2001.

BANCO DO NORDESTE. **Crediamigo**: programa de microcrédito do Banco do Nordeste. Relatório anual 2006. [S.l.], 2006. Disponível em: <<https://www.bnb.gov.br/documents/22492/23742/relatorio2006.pdf/de25f572-403a-430a-874a-7fcb6adef42f>>. Acesso em: 12 mar. 2018.

BANCO DO NORDESTE. **Programa de microfinanças do Banco do Nordeste**: relatório 2010. [S.l.], 2010. Disponível em: <https://www.bnb.gov.br/documents/22492/23742/relatorio_2010_portugues.pdf/c1d07109-64b9-4569-8140-e011d8e5cd37>. Acesso em: 11 nov. 2018.

BANCO DO NORDESTE. **Programa de microfinanças do Banco do Nordeste**: relatório 2016. [S.l.], 2016. Disponível em: <https://www.bnb.gov.br/documents/165130/1757043/Microcredito_2016_Final.pdf/1f748102-8df6-805c-2954-49444b5a8616>. Acesso em: 12 mar. 2018.

BANCO DO NORDESTE. **Programa de microfinanças do Banco do Nordeste**: relatório 2017. [S.l.], 2017. Disponível em: <<https://www.bnb.gov.br/documents/22492/23742/OS-2018050-RELATO%CC%81RIO+DE+MICROFINANC%CC%A7AS+2017+WEB.pdf/8ff13a3a-ae62-ef7d-da07-5843347dbdd2>>. Acesso em: 4 mai. 2018.

BANCO DO NORDESTE. **Crediamigo**. [S.l.], 2018. Disponível em: <<https://www.bnb.gov.br/>>. Acesso em: 15 abr. 2018.

BANCO MUNDIAL. **Relatório anual de 2016**. 2016. Disponível em: <<https://openknowledge.worldbank.org/bitstream/handle/10986/24985/210852PT.pdf>>. Acesso em: 20 fev. 2018.

BANCO MUNDIAL. **World Bank open data**. 2018. Disponível em: <<https://datos.bancomundial.org/indicador/SI.POV.DDAY?locations=BD-BR>> . Acesso em: 16 set. 2018.

BANCO MUNDIAL. **Queda maciça no número de pessoas sem conta bancária, afirma o novo relatório**. Washington, 2015. Disponível em: <<http://www.worldbank.org/pt/news/press-release/2015/04/15/massive-drop-in-number-of-unbanked-says-new-report>>. Acesso em: 6 abr. 2018.

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL, **Microcrédito no Brasil: histórico e legislação**. 2016. Disponível em: <<https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/conhecimento/noticias/noticia/microcredito-brasil>> Acesso em: 2 mar. 2018.

BANK RAKYAT INDONESIA. **Micro community bussiness credit**. 2018. Disponível em: <<https://bri.co.id/en/kur?inheritRedirect=true>>. Acesso em: 28 out. 2018.

BARONE, Francisco Marcelo et al. Introdução ao Microcrédito. Brasília: **Banco Central do Brasil**. 2002. 41 p. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/htms/public/microcredito/microcredito.pdf>>. Acesso em: 15 set. 2017.

BRASIL. Lei 9.790/99 de 23 de março de 1999. Dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, institui e disciplina o Termo de Parceria, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, 1999.

BRASIL. Lei 10.735/03 de 11 de setembro de 2003. Dispõe sobre o direcionamento de depósitos à vista captados pelas instituições financeiras para operações de crédito destinadas à população de baixa renda e a microempreendedores, autoriza o Poder Executivo a instituir o Programa de Incentivo à Implementação de Projetos de Interesse Social - PIPS, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, 2003.

BRASIL. Lei 11.110/05 de 25 de abril de 2005. Institui o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado - PNMPO e altera dispositivos da Lei no 8.029. **Diário Oficial da União**. Brasília, 2005.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Programa nacional do microcrédito produtivo orientado (PNMPO)**, [S.l.]: 2016. Disponível em: <http://portalfat.mte.gov.br/programas-e-acoas-2/programa-nacional-do-microcredito-produtivo-orientado-pnpmop/>. Acesso em: 28 fev. 2018.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Instituições de microcrédito elogiam mudanças na legislação, mas apontam problemas da nova lei**. 2018. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/ECONOMIA/558028-INSTIUICOES-DE-MICROCREDITO-ELOGIAM-MUDANCAS-NA-LEGISLACAO,-MAS-APONTAM-PROBLEMAS-DA-NOVA-LEI.html>>. Acesso em: 20 mai. 2018.

COSTA, Fernando Nogueira. São Paulo: **Microcrédito no Brasil: Texto para Discussão**. IE/UNICAMP, 2010. Texto para discussão n. 175. Disponível em: >www.eco.unicamp.br/docprod/downarq.php?id=1805&tp=a. Acesso em: 15 set. 2017.

GLOBAL ENTREPRENEURSHIP MONITOR. **Empreendedorismo no Brasil** – 2016. Disponível em:

<<http://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/GEM%20Nacional%20-%20web.pdf>>. Acesso em: 28 out. 2018.

GONZALEZ, L., PORTO, L., DINIZ, E. H. Microcrédito produtivo no Brasil: Histórico Recente e Condicionantes de Desenvolvimento. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, São Paulo, v. 22, n. 72, p. 184-204, maio/ago. 2017. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/cgpc/article/view/62637/68912>>. Acesso em: 2 mar. 2018.

GRAMEEN BANK. **Grameen Bank**. Bangladesh, 2018. Disponível em: <<http://www.grameen.com>>. Acesso em: 10 set 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Síntese de indicadores sociais – uma análise das condições de vida da população brasileira. **Estudos e Pesquisas** – Informação demográfica e socioeconômica, número 37. Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101459.pdf>>. Acesso em: 28 out. 2018.

IZEPÃO, Rosalina Lima; ALBUQUERQUE, M. ; FERNANDES, C. B. O combate à pobreza no Brasil: uma análise dos principais instrumentos de políticas governamentais. **Revista Desenvolvimento Social** – Universidade Estadual de Montes Claros - Unimontes, p. 105-119, Montes Claros, 2010.

KEYNES, J. M. **A teoria geral do emprego, do juro e da moeda**. São Paulo: Nova Cultural Ltda., 1996.

LIMA, V. S. **Uma análise dos efeitos da regulação do setor de microfinanças brasileiro**: o caso das sociedades de crédito ao microempreendedor. 2004. 90f. Tese (Mestrado em Administração) - Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2004.

MACDONALD, Scott B; GASTMANN, Albert L. **A history of credit and power in the western world**. New York: Routledge, 2001.

MORDUCH, Jonathan. The microfinance promise. **Journal of Economic Literature**. Vol. XXXVII. Dezembro, 1999, pp. 1569–1614. Disponível em: <<https://pdfs.semanticscholar.org/6a58/4f3fbc4c5333825ce0a8e8a30776097c81c5.pdf>>. Acesso em 28 out. 2018.

MONZONI NETO, Mario Prestes. **Impacto em renda do microcrédito**: uma investigação empírica sobre geração de renda do Crédito Popular Solidário (São Paulo Confia), no Município de São Paulo. 195 f. Tese (Doutorado) - Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2006.

NERI, Marcelo; MEDRADO, Andre Luiz. Experimentando Microcrédito: uma Análise de Impacto do Crediamigo no Acesso a Crédito. **Revista Econômica do Nordeste**. 2010. p. 133-154. Disponível em:

https://www.bnb.gov.br/projwebren/Exec/artigoRenPDF.aspx?cd_artigo_ren=1177. Acesso em: 15 set. 2017.

NICHTER, Simeon; GOLDMARK, L.; FIORI, A. **Entendendo as microfinanças no contexto brasileiro**. PDI/BNDES, 2002. Disponível em: https://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/microfin/02livreto.pdf. Acesso em: 26 ago. 2018.

OLIVEIRA, T.; ANDRADE, M.; GONÇALVES, A. **A teoria do tripé schumpeteriano e o papel do microcrédito no desenvolvimento econômico: uma análise do Crediamigo. 2010**

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL . **Pobreza permanece concentrada no Norte e no Nordeste do Brasil, diz estudo de centro da ONU**. Nações Unidas. Maio/2016. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/pobreza-permanece-concentrada-no-norte-e-no-nordeste-do-brasil-diz-estudo-centro-onu/>>. Acesso em: 2 nov. 2017.

PARENTE, Silvana. O mercado financeiro e a população de baixa renda. Cepal-comissão econômica para a América Latina e o Caribe . LC/BRS/R.136. Março/2003. Disponível em:<https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/28344/1/LCbrsR136_pt.pdf>. Acesso em: 2 set. 2018.

PIMENTEL, Janaine Lopes. **Políticas públicas de microfinanças: análise da atuação das cooperativas de crédito no Brasil e na Colômbia**. 2009. 87 f. Dissertação (Mestrado em Integração da América Latina) - Integração da América Latina, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. Disponível em: . Acesso em: 4 abr. 2018.

RICCA, José Luiz. **Sebrae: o jovem empreendedor**. São Paulo, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142004000200004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 4 mar. 2018.

RODRIGUES, F.M.G. et al. O Microcrédito como ferramenta de Desenvolvimento socioeconômico para os empreendedores e seus pequenos empreendimentos: Um estudo de caso sobre o crediamigo em Petrolina-PE. **Revista Eletrônica Gestão & Saúde**. Vol. 6 (Supl. 2), p. 1002-26, abril, 2015.

SANTOS, C.G.dos.; CARRION, R.S.M. Microcrédito e Pobreza: um Diálogo Possível? **RAC – Revista de Administração Contemporânea**. Curitiba, v. 13, Edição Especial, art. 4, p. 53-67, junho, 2009.

Schultz, T.W., 1962. Reflections on investment in man. **The Journal of Political Economy**, 70(5): 1-8.

SCHUMPETER, J. A. **Teoria do desenvolvimento econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico**. São Paulo: Nova Cultural Ltda. 1964.

SELA, Vilma Meurer; SELA, Francis Ernesto Ramos; COSTA, Saulo Cesar da. **A importância do microcrédito para o desenvolvimento econômico e social: um estudo sobre as contribuições proporcionadas pelo Banco do Povo de Maringá aos**

tomadores de microcrédito. Salvador, 2006. 17 p. Disponível em: www.anpad.org.br/enanpad/2006/dwn/enanpad2006-apsb-2602.pdf. Acesso em: 4 nov. 2017.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. O acesso do MEI a serviços financeiros. **Sebrae**. 2018. Disponível em: <http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/o-acesso-do-mei-a-servicos-financeiros,1e5a2bf060b93410VgnVCM1000003b74010aRCRD>>. Acesso em: 6 abr. 2018.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS MATO GROSSO. Micro e pequenas empresas geram 27% do PIB do Brasil. **Sebrae**. Mato Grosso, 2014. Disponível em: <https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ufs/mt/noticias/micro-e-pequenas-empresas-geram-27-do-pib-do-brasil,ad0fc70646467410VgnVCM2000003c74010aRCRD>>. Acesso em: 4 nov. 2017.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS MERCADO. Aval solidário pode facilitar a obtenção de crédito. **Sebrae**. [2017?]. Disponível em: <http://www.sebraemercados.com.br/aval-solidario-pode-facilitar-a-obtencao-de-credito/>>. Acesso em: 11 abr. 2018.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS SÃO PAULO. Pequenos negócios em números. **Sebrae**. São Paulo, 2017. Disponível em: <https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ufs/sp/sebraeaz/pequenos-negocios-em-numeros,12e8794363447510VgnVCM1000004c00210aRCRD>>. Acesso em: 4 nov. 2017.

SILVA, José Pereira da. **Gestão e análise do risco de crédito**. São Paulo: Atlas, 2000.

SOARES, R.B.; BARRETO, F.A.; AZEVEDO, M.T.. Condicionantes da saída da pobreza com microcrédito: o caso dos clientes do Crediamigo. **Estud. Econ.** São Paulo, vol.41, n. 1, jan./mar. 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-41612011000100005&script=sci_arttext>. Acesso em: 5 mai. 2018.

UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME, 2018. **Human development index and its components**. 2018. Disponível em: <http://hdr.undp.org/en/composite/HDI>>. Acesso em: 9 set. 2018.

UNITED NATIONS SECRETARY-GENERAL'S SPECIAL ADVOCATE FOR INCLUSIVE FINANCE FOR DEVELOPMENT ANNUAL REPORT 2016. **Financial inclusion: advancing sustainable development**. [S.l.], 2016. Disponível em: https://www.unsgsa.org/files/6214/7708/0597/UNSGSA_report_2016_copy.pdf>. Acesso em 5 abr. 2018.

VASCONCELLOS, M.A.S. de V.; GARCIA, Manuel E. **Fundamentos de economia**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

ZOLET, João Paulo; LOZECKYI, Jeferson. Concessão de Crédito para Micro e Pequena Empresa. **Revista Eletrônica Lato Sensu**. Ano 2, nº1, julho de 2007.

Disponível em < <https://pt.scribd.com/document/59070946/9-Ed2-CS-Concess>>.
Acesso em: 5 mai. 2018.